



O HOSPITAL REAL
DE TODOS-OS-SANTOS:
LISBOA E A SAÚDE

 LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

omnium
sanctorum

ficha técnica

omnium sanctorum

**Projeto Hospital Real de Todos-os-Santos:
Lisboa e a saúde**

Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura

João Diogo Santos Moura

Direção Municipal de Cultura

Manuel Veiga

Departamento de Património Cultural

Jorge Ramos de Carvalho

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Francisco Caramelo

CHAM – Centro de Humanidades

João Paulo Oliveira e Costa | Cristina Brito

Coordenação geral

Jorge Ramos de Carvalho

Gestão do Projeto

Ana Isabel Ribeiro

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

Coordenação científica

André Teixeira

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

Parceiros

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Assembleia da República

Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central

Metropolitano de Lisboa

Museu da Farmácia

Museu da Saúde

Museu de Marinha

Museu Nacional de História Natural e da Ciência

Patriarcado de Lisboa

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Agradecimentos

Adelaide Brochado, CML/DMC/DPC/AML

André Bargão, bolseiro Projeto HRTS

Camila Amaral, bolseira Projeto HRTS

Filipa Pimenta, CML/DMC/DPC/CAL

Lina Maria M. Oliveira, bolseira Projeto Hospitalis

Maria Teresa Avelino Pires, NOVA FCSH/CHAM

Moisés Campos, CML/DMC/DPC/CAL

Rita Mégre, CML/DMC/DPC

Rui Henriques, bolseiro Projeto HRTS

Sandra Cunha Pires, CML/DMC/DPC/AML

Sara Ferreira, bolseira Projeto HRTS

Arquivo Municipal de Lisboa

Centro de Arqueologia de Lisboa

Museu de Lisboa - EGEAC E.E.M.

Projeto “HOSPITALIS - Arquitetura hospitalar em Portugal
nos alvares da Modernidade: identificação, caracterização
e contextualização” (PTDC/ART-HIS/30808/2017)

VICARTE- NOVA FCT

Livro

Título

O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde

Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura
Direção Municipal de Cultura
Departamento de Património Cultural

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Direção de Cultura
Arquivo Histórico

Coordenação institucional

Jorge Ramos de Carvalho

Coordenação científica

Edite Martins Alberto
Rodrigo Banha da Silva
André Teixeira

Coordenação editorial

Edite Martins Alberto

Apoio editorial

Ana Isabel Ribeiro

Autores

Adélia Caldas
Adelino Cardoso
Alexandre Pais
Ana Cristina Leite
Ana Maria Costa
Ana Patrícia Alho
André Bargão
André Teixeira
António Costa Canas
António Pacheco
Bruno Barreiros
Carla Alferes Pinto
Carlos Boavida
Cristina Moisés
David Felismino
Edite Martins Alberto
Fátima Palmeiro
Filipe Santos Oliveira
Florabela Veiga Frade
Francisca Alves Cardoso
Francisco d'Orey Manoel
Helder Carita
Helena Rebelo-de-Andrade
Helena Taborda
Hélia Silva
Inês Coutinho
Inês Oliveira
Inês Ornellas e Castro
Isabel dos Guimarães Sá
Isabel Monteiro
Joana Balsa de Pinho
João de Figueirôa-Rêgo
Joaquim Barradas
Jorge Fonseca
José Subtil
Júlio Martín Fonseca

Laurinda Abreu
Lina Maria M. Oliveira
Luís Costa e Sousa
Luís Lisboa Santos
Luís Ribeiro Gonçalves
Luiiz Damas Mora
Lurdes Esteves
Maria Antónia Lopes
Maria da Conceição Freitas
Maria João Ferreira
Maria João Pereira Coutinho
Maria Marta Lobo de Araújo
Maria Teresa Avelino Pires
Mário Farelo
Milene Alves
Mónica Duarte Almeida
Nelson Moreira Antão
Nuno Falcão
Paula Basso
Paula Serafim
Paulo Catarino Lopes
Paulo Pereira
Rita Luís Sampaio da Nóvoa
Rita Mégre
Rodrigo Banha da Silva
Rute Ramos
Sara da Cruz Ferreira
Sílvia Casimiro
Silvina Pereira
Tiago Borges Lourenço
Vitor Serrão

Design gráfico

Formiga Luminosa, Construtora de imagem

Créditos fotográficos e digitalização

José Vicente, CML/DMC/DPC
e Arquivo Municipal de Lisboa
Biblioteca da Ajuda
Biblioteca Nacional de Portugal
British Library
Câmara Municipal de Lisboa - Lisboa Interativa
Direção de Infraestruturas, Gabinete de Estudos
Arqueológicos da Engenharia Militar
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
- Arquivo Nacional Torre do Tombo
Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte
Leiden University Libraries
Museu Condes de Castro Guimarães
Museu de Lisboa
Museu Nacional do Azulejo
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Impressão e acabamento

Rainho & Neves; Lda.

Tiragem 1000 exemplares

ISBN 978-972-8543-57-0

Depósito legal 488809/21

Lisboa, 2020

© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico, sem o prévio conhecimento e autorização da Câmara Municipal de Lisboa e dos respetivos autores.

Índice

APRESENTAÇÃO

- 15 **Câmara Municipal de Lisboa** | Vereador da Cultura João Diogo Santos Moura
- 17 **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** | Provedor Edmundo Martinho
- 19 **NOVA FCSH** | Diretor Francisco Caramelo

INTRODUÇÃO

- 23 | André Teixeira / Edite Martins Alberto / Rodrigo Banha da Silva

UMA ARQUEOLOGIA DO LUGAR

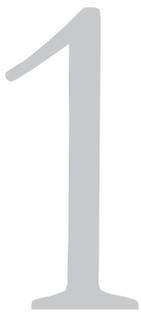
- 39 **O lugar antes da ocupação humana**
| Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas
- 45 **De “casal” na transição do II-I milénio a.C. a arrabalde muçulmano da cidade de Lisboa**
| Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 55 **As *hortas* do Convento de São Domingos**
| Rodrigo Banha da Silva / Filipe Santos Oliveira
- 61 **A Lisboa Manuelina**
| Helder Carita

O MAIOR EDIFÍCIO DE LISBOA MODERNA

- 73 **A arquitetura do edifício: antecedentes, comparações e paralelos**
| Paulo Pereira
- 123 **A representação iconográfica do Hospital Real**
| Ana Cristina Leite
- 143 **Fernão Gomes e o projeto para a pintura do tecto da nave da igreja do Hospital Real**
| Vítor Serrão
- 151 **Dos incêndios de 1601 e 1750: descrição, danos, salvados, meios e intervenientes, medidas complementares**
| Mónica Duarte de Almeida
- 161 **O abastecimento de água ao Hospital Real e saneamento na cidade de Lisboa**
| Ana Patrícia Alho
- 167 **O Terramoto de 1755 e as intervenções de recuperação**
| Adélia Caldas
- 173 **Do Rossio para o Colégio de Santo Antão-o-Novo**
| Maria João Pereira Coutinho
- 181 **Os *berdeiros* do Hospital Real: espaços da história da saúde em Lisboa após 1775**
| Carlos Boavida / Fátima Palmeiro / Luiz Damas Mora

DE HOSPITAL A PRAÇA PÚBLICA

- 187 **As duas últimas décadas do Hospital no Rossio (1750-1775). Acomodar, proteger e assistir os enfermos das injúrias do tempo**
| David Felismino / Inês Oliveira / Helena Rebelo-de-Andrade
- 199 **A génese de um novo espaço urbano: a Praça da Figueira**
| Hélia Silva / Tiago Borges Lourenço
- 209 **O Metropolitano de Lisboa e a redescoberta do Hospital Real**
| Helena Taborda



REFORMA E REORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

- 221 Antecedentes e componentes da reforma da assistência em Portugal nos alvares da modernidade**
| Joana Balsa de Pinho
- 239 Portugal e a Europa: as dimensões da reforma da assistência (séculos XIV-XVI)**
| Joana Balsa de Pinho
- 255 Pobreza e a assistência em Portugal na Época Moderna**
| Maria Antónia Lopes
- 261 A rede assistencial em Lisboa antes do Hospital Real de Todos-os-Santos**
| Mário Farelo
- 281 Um novo modelo de organização hospitalar na modernidade de Quinhentos**
| José Subtil
- 291 Hospitais centrais quinhentista em Portugal**
| Lina Maria M. Oliveira
- 295 O Hospital Real e a Misericórdia de Lisboa no tempo do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo**
| Laurinda Abreu

DA COROA À ADMINISTRAÇÃO DA MISERICÓRDIA

- 305 A Ordem de São João Evangelista (Lóios) no Hospital**
| Nuno Falcão
- 311 Da gestão dos religiosos de São João Evangelista à administração da Misericórdia**
| Maria Marta Lobo de Araújo
- 317 As *gentes* e o quotidiano num período de mudança: a administração da Misericórdia**
| Rute Ramos
- 325 *Entre quatro paredes e não só*: as outras instituições no espaço do Hospital**
| Rute Ramos
- 333 Ordens religiosas na assistência hospitalar (Arrábidos, Obregões e Camilos)**
| Rita Mégre / Tiago Borges Lourenço

PATRIMÓNIO E RECURSOS

- 343 A política económica do Hospital: receitas e despesas**
| Rute Ramos
- 351 Prédios foreiros ao Hospital Real**
| Carlos Boavida
- 357 O teatro e o financiamento do Hospital Real**
| Silvina Pereira / Júlio Martín Fonseca

TRATAR A ALMA E O CORPO

- 367 O Hospital Real na medicina dos séculos XVI a XVIII**
| Adelino Cardoso
- 377 O estatuto do doente no Hospital Real e o Regimento de 1504**
| Luís Lisboa Santos / José Subtil
- 385 Placas de identificação dos leitos nas enfermarias**
| Alexandre Pais / Lurdes Esteves
- 389 A criação dos expostos no Hospital Real**
| Milene Alves
- 395 A Confraria da Misericórdia de Lisboa e os sinais das crianças expostas da cidade**
| Francisco d' Orey Manoel / Nelson Moreira Antão

AS GENTES DO CUIDAR E DA CURA

- 403 Cargos, profissões e serviço**
| António Pacheco
- 411 *Por achar que era gente muito limpa a elegeo por ama: officios e limpeza de sangue***
| João de Figueiróa-Rêgo
- 415 A cirurgia portuguesa na génese da atividade cirúrgica do Hospital Real**
| Cristina Moisão
- 419 Cirurgiões, barbeiros e sangradores (séculos XVI-XVIII)**
| Florbela Veiga Frade / Joaquim Barradas / Adelino Cardoso
- 429 Os oficiais de cura letrados e praticantes**
| Luís Ribeiro Gonçalves
- 437 Enfermagem, enfermeiras e enfermeiros**
| António Pacheco

AS PRÁTICAS MÉDICO-CIRÚRGICAS

- 447 A prática médica e a alimentação nos textos portugueses da época moderna**
| Inês Ornellas e Castro
- 455 Hortas e hortos: alimentação e botica nos séculos XVI e XVII**
| Bruno Barreiros / Adelino Cardoso
- 463 O regime alimentar no Hospital Real no século XVIII**
| Bruno Barreiros
- 471 Manoel Constâncio e a reestruturação da anatomia e da cirurgia em Portugal**
| Luiz Damas Mora
- 477 A botica do Hospital Real**
| Paula Basso
- 487 Um inventário do século XVIII da botica do Hospital Real**
| Ana Cristina Leite
- 509 A morte no Hospital Real: testemunhos do século XVIII**
| Sílvia Casimiro / Francisca Alves Cardoso

HABITAR O HOSPITAL

- 519 Espaços e distinções sociais (1502-1620)**
| Isabel dos Guimarães Sá
- 529 Vestuário, género e doença no Regimento de 1504**
| Carla Alferes Pinto
- 537 Música no Hospital Real de Lisboa (séculos XVI-XVII): manifestação áulica, terapia ou devoção?**
| Isabel Monteiro
- 541 As merceiras do Hospital Real (séculos XV-XVIII)**
| Maria Teresa Avelino Pires
- 545 Cuidar dos feridos de guerra em Portugal no início da época moderna**
| Luís Costa e Sousa
- 551 Os estrangeiros: doentes e oficiais de saúde**
| Paulo Catarino Lopes
- 561 Os escravos no Hospital Real**
| Jorge Fonseca

EXISTÊNCIAS E PROVIMENTOS

- 569 Entre trastes velhos e produtos não-europeus: a cultura material do Hospital Real no século XVI**
| Isabel dos Guimarães Sá
- 577 Os têxteis da igreja do Hospital Real no século XVI: tipologias e dinâmicas de funcionamento**
| Maria João Ferreira
- 583 A louça de mesa no Hospital Real**
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 591 A cerâmica utilitária no Hospital Real**
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 601 Outros objetos dos quotidianos do Hospital Real**
| Carlos Boavida / Inês Coutinho

- 611 A cidade de Lisboa e a luta contra as epidemias**
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 623 Os regimentos das práticas e dos oficiais da Casa da Saúde (séculos XVI-XVIII)**
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 635 Combate às doenças que chegavam por mar (e pelo rio!): os regimentos de 1693**
| António Costa Canas
- 643 A Casa de São Lázaro e a assistência aos leprosos**
| Rita Luís Sampaio da Nóvoa



DA GESTÃO DOS RELIGIOSOS DE SÃO JOÃO EVANGELISTA À ADMINISTRAÇÃO DA MISERICÓRDIA

Maria Marta Lobo de Araújo
Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

A singularidade do Hospital de Todos-os-Santos na Idade Moderna advém da inovação e da grandeza alcançadas, constituindo uma instituição ímpar no panorama da saúde pública nacional. No que diz respeito à sua administração, sabe-se que foi governado por provedores de nomeação régia desde o começo até 1530 e após esta data pelos padres de São João Evangelista ou Loios, passando posteriormente para a Misericórdia de Lisboa. A sua gestão deve ser analisada à luz da política da Casa Real para as instituições de assistência e, por isso, integrada numa ação política mais lata.

A administração de hospitais portugueses por esta Ordem religiosa abrange apenas algumas destas instituições e limita-se ao centro e sul do reino em termos geográficos. Todavia, nesse lote de hospitais encontram-se os de maior dimensão: o de Todos-os-Santos (1530), o do Espírito Santo de Évora (1531), o das Caldas da Rainha (1532) e o de Coimbra (1548). Como se constata, a entrega do maior hospital do reino aos Loios abriu portas para a administração destes religiosos se estender a mais alguns. D. João III entregou-lhes também o governo de outros mais pequenos: o de Nosso Senhor Jesus Cristo de Santarém, o de Santo André de Montemor-o-Novo, o do Vimieiro e o de Castanheira (Sá, 1997, p. 80).

Na sequência, o senhorio da Casa de Bragança seguiu-lhe as pegadas e a pedido do duque D. Teodósio I, a Ordem ficou responsável pela gestão dos hospitais de Arraiolos e Portel (Sá, 1997, p. 80), sendo este último o que permaneceu mais tempo sob a sua administração. Foi governado pela Ordem entre 1541 e 1834, com apenas cerca de 80 anos de interregno. Geriu-o entre 1541 e 1578, passando nesta última data para a Misericórdia local, mas uma vez mais em 1581 voltou à administração dos referidos religiosos. Posteriormente, regressou à Santa Casa, mas em 1658 D. Luísa de Gusmão determinou novamente a sua passagem para a tutela da citada Ordem, devido, entre outras a razões administrativas, às alterações nos aforamentos das propriedades (Araújo *et* Paiva, 1997, p. 139). Estes dois hospitais, tinham inicialmente sido entregues às Misericórdias das respetivas vilas, pelo duque D. Jaime (Araújo, 2003, pp. 344-345). O mesmo percurso fez o hospital de Montemor-o-Novo que transitou da tutela da Misericórdia, por Ordem de D. João III, em 1531, para a administração dos padres de São João Evangelista, mas à semelhança do de Portel, por determinação de D. Sebastião, em 1567, verificou-se o processo inverso. Esta alteração parece ter ficado a dever-se à incapacidade dos referidos padres curarem todos os doentes, nomeadamente os

portadores de doenças contagiosas e mulheres, estas últimas por questões morais. Existiam também problemas financeiros, uma vez que os Loios eram pagos pelos serviços que prestavam (Fonseca, 2004, pp. 28-30).

Já o hospital de Coimbra permaneceu um longo período sob a administração destes religiosos, mantendo-se até 1772, com exceção de um espaço curto de tempo entre 1741 e 1743. Porém, a presença dos Loios esteve debaixo de cerradas críticas desde finais de seiscentos, devido a irregularidades, compadrios e favorecimentos (Lopes, 2000, pp. 619-621). Apesar das medidas implementadas, a situação parece não se ter alterado significativamente e em 1741 foi-lhes retirada a administração, mas regressaram passados dois anos, para nele permanecerem até 1769, data em a administração do hospital transitou para o provedor da Comarca, embora os religiosos mantivessem no edifício mais três anos (Lopes, 2000, pp. 623-625).

Iniciado a construir em 1492, o Hospital de Todos-os-Santos recebeu os primeiros doentes em 1502 e apesar de estar dotado de receitas próprias, os seus primeiros provedores informavam o rei das dificuldades em prover a instituição de receitas, evidenciando a situação pensosa da sua tesouraria, em simultâneo com a incompetência demonstrada por alguns oficiais, apesar de ser governado por figuras de elevado prestígio (Pacheco, 2008, p. 69; Ramos, 2018, p. 53). As despesas eram muitas e a falta de liquidez para pagar as dívidas também, algumas delas provenientes dos gastos feitos com os enjeitados, o que constituía uma preocupação expressa pelos provedores à Casa Real de forma reiterada (Ramos, 2018, p. 54). Terá sido esta falta de controlo que levou D. João III a entregar a administração do hospital aos cónegos de São João Evangelista, na data assinalada (Pacheco, 2008, p. 69). Refira-se, aliás, que a presença de religiosos na provedoria do hospital tinha sido praticamente uma constante, dando cumprimento ao regimento de 1504 (Pacheco, 2008, p. 69). O motivo de entrega da governação aos referidos Loios estava associado à falta de caridade e higiene verificadas no tratamento dos doentes, embora outras razões motivassem esta alteração: questões de natureza religiosa que passavam pela reestruturação das pessoas afetadas a este setor e medidas de contenção da despesa terão sido também responsáveis pela mudança (Pacheco, 2008, p. 70). Talvez por, esta última razão, se justifique também pela ligação da Casa Real ao hospital, que mesmo sob a governação dos

religiosos, as decisões mais relevantes tenham sido tomadas pelo monarca (Ramos, 2018, p. 54).

Em meados de 1564, o último provedor da citada Ordem, o padre Gaspar da Assunção, solicitou ao rei escusa da exigente tarefa da administração do hospital, alegando o prejuízo causado ao funcionamento da congregação, pois nela andavam envolvidos os cónegos de “mayor talento & virtude”, cargo pouco apetecível. Mas vai mais longe ao apontar invejas movidas por seculares e interesses “dos que desejavam meter a mão em tanta copia de fazenda” (Maria, 1697, pp. 284, 286-287). O texto é muito elogioso para os referidos religiosos e faz críticas a supostos interessados, o que deve ser analisado com algumas cautelas, por se tratar do cronista da Ordem.

A argumentação pode revestir-se de alguma veracidade, mas não é totalmente real, uma vez continuarem as dificuldades financeiras sob a sua administração, com sinais de alguma permanência, o que perturbava o funcionamento da instituição, num período em que o hospital registava já um elevado número de doentes e era uma estrutura com peso. O que se torna evidente, é o desinteresse da congregação religiosa, tendo sido ela a solicitar o seu afastamento. Esta decisão levou a entrega do hospital à Misericórdia no mesmo ano, pelo cardeal D. Henrique. Três anos mais tarde foi a vez do hospital de Évora transitar também para a administração da Santa Casa local.

Segundo o cronista, pela mesma altura, os religiosos terão pedido também alívio da gestão dos hospitais da Casa de Bragança ao Duque D. João I, mas este solicitou a sua permanência (Maria, 1697, p. 287), o que sugere uma decisão da Ordem em largar estas funções, pelo menos em alguns dos hospitais que geria.

O envolvimento dos Loios na administração dos hospitais mais importantes do reino ter-lhes-á causado naturalmente algum desgaste, devido a problemas vários, que iam desde o desvio de religiosos do setor do culto para tarefas administrativas, nem sempre apreciadas e até alvo de contestação, sendo acusados de má administração (Tavares, 2009, pp. 28-29; Rodrigues, 2013, pp. 241-242; Rodrigues, 2007, p. 27), mesmo quando procuravam efetuar cobranças, embora sem resultados, aumentando e colocando em maior risco a saúde financeira da instituição (Ramos, 2018, pp. 57-58). Esta acusação aparece contestada em algumas obras, que

sublinham o bom desempenho dos religiosos no Hospital de Todos-os-Santos, com base nas alterações relevantes introduzidas aquando da criação de uma nova enfermaria destinada aos padres Capuchos e de uma outra para insanos (Abreu, 2009, p. 110), abrindo com esta última uma nova linha de atendimento a um setor da sociedade com problemas do foro mental.

A alteração de administração do Hospital de Todos-os-Santos integra “um momento chave” das Misericórdias (Xavier *et* Paiva, 2005, p. 10), que à época conheceram o mais significativo período de anexações, ocorrido durante o período da regência do cardeal D. Henrique. A análise feita por Ângela Barreto Xavier e José Pedro Paiva à documentação enviada e expedida pelo referido cardeal demonstra o pedido efetuado pela Santa Casa de Lisboa a D. Henrique e a importância conferida por este ao Hospital, mas também a “grande confiança” depositada nos irmãos da confraria. Seguindo a linha de pensamento destes historiadores, a anexação foi efetuada com ponderação e somente realizada após constatado o sucesso da integração de outros hospitais nas Misericórdias, o que atestava a sua capacidade para gerir estas instituições. Sublinham ainda o facto de o Conde de Odemira, provedor da Misericórdia, manter relações de proximidade com a Coroa (Xavier *et* Paiva, 2005, p. 10).

O Hospital de Todos-os-Santos passou por vontade da Coroa para a administração da Misericórdia de Lisboa com a salvaguarda de todas as suas rendas, privilégios e liberdades. Existe, pois, neste processo uma relação vincada entre o crescimento e consolidação das

Misericórdias, e da de Lisboa em particular, e a vontade da Coroa em dotar estas confrarias de hospitais. Em simultâneo, sublinha-se a confiança residente por parte da Casa Real em alguns destes protagonistas.

Se é verdade que no começo as rendas das Misericórdias estavam dependentes da chegada de esmolas e de outras fontes de receitas, não permanentes e limitadas, a partir de 1559 com a incorporação dos hospitais nestas confrarias a sua base de financiamento tornou-se mais vasta e densa, assim como perdurou no tempo (Abreu, 2003, pp. 10-11). Patenteia-se a vontade clara da Coroa em fortalecer as Misericórdias, dotando-as de rendimentos permanentes, o que lhes permitiu consolidar a sua posição e alargar as práticas assistenciais já em curso. Por outro lado, como defende Mário Carmona, só a Misericórdia com uma experiência mais lata proporcionava ao hospital uma administração integrada, que abrangesse para além dos doentes a criação de enjeitados e o apoio à velhice e à pobreza, pois combinava várias fontes de rendimentos (Carmona, 1954, pp. 231-232).

A transferência do Hospital de Todos-os-Santos para a Misericórdia deve, pois, ser integrada na estratégia desenhada pela Casa Real relativamente a estas confrarias, o que, aliás, também aconteceu com o hospital do Espírito Santo de Évora, em 1567. Neste hospital, os Loios mantiveram-se desde o seu início até 1551 e desta última data até 1567, sendo governado por pessoas nomeadas por D. João III e depois por D. Sebastião (Gusmão, 1958, p. 155).

Bibliografia

- ABREU, Laurinda (2009) - A Misericórdia de Lisboa, o Hospital Real e os Insanos: notas para uma introdução. In *Catálogo do Museu de São João de Deus- Psiquiatria e História*. Lisboa: Editorial Hospitalidade, pp. 109-116 | ABREU, Laurinda (2003) - Misericórdias: patrimonialização e controlo social (séculos XVI-XVIII). *Ler História*, n.º 44, pp. 5-24 | ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; PAIVA, José Pedro (2007) - Introdução. In Paiva, José Pedro, coord. Cient., - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 6. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-29 | ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2003) - O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna. *Cadernos do Noroeste. Série História*, vol. 20, n.º 1-2, pp. 341-409 | CARMONA, Mário (1954) - *O Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa*. Lisboa: ed. autor | FONSECA, Jorge (2004) - *Os Hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI*. Montemor-o-Novo: Santa Casa de Montemor-o-Novo | GUSMÃO, Armando (1958) - *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora. Parte Primeira (1499-1567)*. Évora: Santa Casa da Misericórdia de Évora | LOPES, Maria Antónia (2000) - *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra 1750-1850*, vol. I. Viseu: Palimage Editores | MARIA, Francisco de Santa (1697) - *O Ceo aberto na terra. Historia das sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa e de S. João Evangelista em Portugal*. Lisboa: Na Officina de Manoel Lopes Ferreyra | PACHECO, António Fernando

Bento (2008) - *De Todos-os-Santos a São José. Textos e contextos do “espiritual grande de Lisboa”*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos | RAMOS, Rute Isabel Guerreiro (2018) - *O Hospital de Todos os Santos. História, Memória e Património Arquivístico (séculos XVI-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento em História: Mudança e Continuidade num Mundo Global | (2007) - *Doença e Cura: virtude do Hospital Real das Caldas 1706-177- Elementos sociais e económicos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. dissertação de Mestrado policopiada | RODRIGUES, Lisbeth (2013) - *Os Hospitais Portugueses do Renascimento 1480-1580: o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, vol. I. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em História | TAVARES, Pedro Vilas Boas (2009) - *Os Lóios em Terras de Santa Maria. Do convento a feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira: Município de Santa Maria da Feira | SÁ, Isabel dos Guimarães (1997) - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses | XAVIER, Ângela Barreto; PAIVA, José Pedro (2005) - Introdução. In PAIVA, José Pedro, coord. Ciente - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-30.



Pia de água benta
“Lióz” rosa. Oficina lisboeta
Séc. XVII. Ermida de N.ª Sr.ª Amparo
Alt. 64 cm; larg. 34 cm
Praça da Figueira. Escavação 1960
CML-CAL (HTS.60/1EA)
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2020



Elemento arquitetónico com cruz em relevo
"Lióz" rosa. Oficina lisboeta
1623. Ermida de N.ª Sr.ª Amparo
Alt. 64 cm; larg. 34 cm
Praça da Figueira. Escavação 1960
CML-CAL (HTS.60/208EA)
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2020

